

JOSEPH STIGLITZ E O CAPITALISMO PROGRESSISTA

JOSEPH STIGLITZ AND PROGRESSIVE CAPITALISM

Leon Karlos Ferreira Nunes¹
<http://orcid.org/0000-0001-5423-7482>



Joseph E. Stiglitz cresceu na era de ouro do capitalismo, nos Estados Unidos, e pôde perceber tudo aquilo desmoronando nas décadas seguintes. Lecionou em diversas universidades e compôs o governo de Bill Clinton como Presidente do Conselho de Assessores Econômicos. Ainda participou do Banco Mundial, primeiro como Vice-Presidente Sênior para Políticas de Desenvolvimento e depois como Economista-Chefe da instituição. Pelos seus estudos sobre negócios e transações com informações assimétricas, o que lhe permitiu identificar variadas falhas de mercado, foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia em 2001. Sendo um autor prolífico, uma de suas mais recentes publicações é *Povo, Poder e Lucro – Capitalismo Progressista para uma Era de Descontentamento* (2021), em que discorre sobre alguns entraves econômicos dos Estados Unidos e aponta algumas saídas possíveis.

Já na introdução, Stiglitz vai apontando um conjunto de problemas. Para ele, a financeirização excessiva, a globalização mal gerenciada e o crescente poder de mercado são três elementos que se relacionam e explicam por que o crescimento econômico tem sido baixo e a desigualdade, por sua vez, crescente. Seu argumento central é o de que o caminho para a economia voltar a crescer aceleradamente passa por um conjunto de reformas progressistas.

A obra tem como recorte os Estados Unidos. Muitas críticas são feitas a gestões republicanas, em especial, a Ronald Reagan (1980-1988) e Donald Trump (2017-2020). Ambos, mesmo com suas diferenças (Reagan, por exemplo, mantinha uma fachada de razão e lógica, ao passo que Trump pouco se importava com fundamentação para suas ações, dentro ou fora do governo), focaram seus esforços na economia pelo lado da oferta, com a desregulamentação e os cortes tributários. Esse modelo, porém, não tem gerado resultados positivos.

Considerando o objetivo de entender as fontes reais de riqueza de uma nação, o autor, como ponto de partida da crítica, resume o funcionamento da economia moderna em nove pontos: a) os mercados, sozinhos, não conseguirão chegar à prosperidade partilhada e sustentável; b) as nações se tornam mais ricas ao serem mais produtivas, sendo o aumento do conhecimento a fonte mais importante desse aumento de produtividade; c) não se deve confundir a riqueza da nação com a riqueza dos indivíduos da nação; d) uma sociedade menos dividida apresenta desempenho melhor; e) os programas governamentais para promover a prosperidade partilhada precisam focar tanto na distribuição

¹ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

quanto na redistribuição (a renda dos indivíduos após impostos e transferências); f) como o governo estabelece as regras do jogo econômico, o que ele faz é vital, de modo que política e economia não podem ser separadas; g) o sistema vigente desde os anos 1970 tem modelado as identidades individuais e nacionais nos Estados Unidos em uma direção que tem se chocado com valores morais consagrados; h) embora os trumpistas tentem culpar terceiros pelas insatisfações do país, a responsabilidade cabe aos próprios estadunidenses; i) há uma agenda econômica abrangente capaz de restaurar o crescimento e a prosperidade partilhada.

A partir desse entendimento, Stiglitz desenvolve sua análise explicitando as falhas da economia e da política e os consequentes efeitos adversos, por exemplo, a presença de uma elite econômica cada vez menor nos Estados Unidos e uma base cada vez mais ampla. Com o trumpismo, ao sistema político já precarizado se somaram as investidas obscurantistas, com os ataques às universidades, à imprensa e à justiça. Como resposta, Stiglitz demarca bem sua posição, amparando-se explicitamente na herança iluminista.

O conteúdo central de *Povo, Poder e Lucro* se divide em dois momentos: a primeira parte foca em uma minuciosa análise dos problemas. O economista aponta os péssimos índices de igualdade, de desenvolvimento humano e de produtividade e as posições vexatórias que os Estados Unidos ocupam nos *rankings* internacionais de países desenvolvidos que abordam essas áreas. Para ele, o baixo investimento em capital humano e físico é um dos grandes elementos geradores de desigualdades. Assim, várias críticas são feitas à dinâmica do mercado, que tem sido cada vez mais caracterizado pelo domínio de poucas empresas, o que tem levado a várias distorções, especialmente em segmentos como o setor tecnológico. O roteiro apresentado por Stiglitz não poupa os bancos. Embora reconheça, naturalmente, o caráter crucial desse ramo, ele destaca como inadmissível o teor gigantesco que tomou, a ponto de reforçar que o furor público existente contra os bancos é justificado.

Outro fator gerador de distorções na economia é a presença crescente de monopólios, que são empresas que alcançam a posição de única compradora ou empregadora no mercado, o que eleva a assimetria entre o capital e o trabalho, empurrando os salários para baixo. Também há um fator que torna tudo muito mais delicado: esse poder fortemente concentrado no mercado se converte em poder político. Daí o apontamento tão presente em vários momentos da obra de que economia e política estão interligadas, o que nos leva à questão: como pensar em democracia em um país em que o poder político está interligado ao poder econômico, e este, por sua vez, está fortemente concentrado?

A segunda parte do livro traz um conjunto de pontos voltados a reverter essa situação. Como o próprio Stiglitz sentencia, a dificuldade para tirar o país da crise não é propriamente econômica, mas, sim, política. Trata-se, portanto, de resgatar um sistema democrático que havia sido criado para proteger os direitos de todos (em particular das maiorias) e que terminou sendo pervertido. Nesse sentido, ele é franco: não direciona somente críticas ao Partido Republicano. Não teria como fugir dessa ponderação, afinal, o Partido Democrata governou os Estados Unidos durante 18 dos últimos trinta anos, uma frequência 2/3 maior do que a de seu principal adversário.

De qualquer modo, não se faz necessário reinventar a roda; ele procura sempre demonstrar que a tradição iluminista já traz respostas para muitos problemas atuais, como um modelo adequado de freios e contrapesos. O sistema não precisa ser o que não é, mas, sim, o que já foi. O que está aí, corroído pela corrupção, já não garante legitimidade democrática aos atos governamentais. Moralizá-lo, portanto, passaria por reduzir o papel do dinheiro na política. Os artifícios são vários: criar melhores leis de divulgação de informações e diminuir gastos de campanha são dois caminhos. Reduzindo o papel do dinheiro na política, o esforço seguinte seria de reduzir a própria riqueza, amenizando, assim, a concentração de renda hoje alarmante para os padrões de um país desenvolvido.

Mas a mudança não se faz só com medidas verticais, por iniciativa da institucionalidade. Stiglitz destaca os movimentos existentes a levantarem as pautas mais diversas e tece reflexões providenciais sobre a necessidade de um novo movimento, com propósito unificador, que dê sustentabilidade a essa luta pela renovação da política — e, por tabela, da economia. É claro que sua reflexão é pensada no contexto da organização à qual se filia, o Partido Democrata, ao qual ele atribui a necessidade de se reinventar para cumprir essa tarefa. Sem essa força política como voz da aliança entre os diversos movimentos progressistas dispersos, é improvável que eles consigam êxito.

Em seguida, ele elenca uma verdadeira agenda para a restauração do crescimento e da justiça social. Não há, nesse caso, a defesa de um crescimento sem critério, mas, sim, que respeite a sustentabilidade ambiental, com uma economia verde, garantindo inclusão e segurança. Nessa proposta, o pleno emprego seria a política mais importante para a igualdade, o crescimento e a eficiência. O desemprego, afinal, configura desperdício de recursos. Nesse cenário, o governo precisa agir para estimular a economia. Seguindo essa linha, a política fiscal pode ser utilizada para estimular a economia, aumentando gastos em atividades altamente multiplicadoras, isto é, que fornecem um grande incremento econômico por cada dólar gasto. Um sistema tributário justo e progressivo, que taxe as corporações e reverta a receita em investimentos de infraestrutura e ciência e tecnologia, encorajando a pesquisa, pode propiciar grandes saltos de produtividade.

Para além das políticas mencionadas, várias outras são citadas: proteção social, políticas focalizadas na realidade local, universidades livres de impostos, educação pública de qualidade, políticas efetivas de combate às várias formas de discriminação são algumas das políticas discutidas com seriedade nessa obra. Stiglitz é ousado. Preconiza um governo que não espera que o mercado resolva os problemas centrais, pelo contrário: defende serviços públicos que possam competir com os privados — forçando-os, assim, à inovação e ampliando o poder de escolha dos cidadãos. Não é fácil levantar tais ideias estando nos Estados Unidos e tendo sido operador de alta categoria do sistema econômico. Contudo, é exatamente essa experiência que o credencia e dá sustentabilidade às propostas feitas em *Povo, Poder e Lucro*. Ainda que seu recorte seja seu próprio país, muito do que foi discutido pode ser pensado e adaptado para outras realidades nacionais. É preciso iniciar o debate econômico com bases científicas, desapassionadas, fugindo de mantras austericistas ou de populismos salvacionistas. Só assim é possível, utilizando as próprias palavras de Stiglitz, se não salvar o povo do capitalismo, ao menos, salvar o capitalismo de si mesmo.

REFERÊNCIA

STIGLITZ, Joseph. E. **Povo, poder e lucro**: capitalismo progressista para uma era de descontentamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.